

**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéa – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

**Inspeção realizada na
2º VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ/CE**

RELATÓRIO

Portaria nº 36/2019/CGJCE

Desembargador Corregedor Geral da Justiça:

Desembargador Teodoro Silva Santos


Juiz Corregedor Auxiliar:

Dr. FERNANDO TELES DE PAULA LIMA

• IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO (dados coletados do FICOVI)	
Processo	CPA:
Unidade	2º Vara da Comarca de Massapê
Entrância	Intermediária
Endereço	Rua Prefeito Beto Lira, s/n, Centro.
Período da Correição	28/05/2019.
Portaria	36/2019.

• DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS (dados coletados do FICOVI)	
Nome: ALDENOR SOMBRA DE OLIVEIRA	Matrícula: 7143
<input type="checkbox"/> Juiz de Direito <input type="checkbox"/> Juiz Substituto <input type="checkbox"/> Titular <input checked="" type="checkbox"/> Respondendo	
Exercício cumulativo: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais? DIRETORIA DO FÓRUM, JUIZ ELEITORAL- 45º ZONA
Ingresso na Magistratura:	Ingresso na Vara:
O juiz reside na Comarca?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
O juiz estava presente nos dias da correição?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O Juiz exerce a função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Qual? DISTRIBUIÇÃO.
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O Juiz exerce a função de magistério?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

• SECRETARIA – QUADRO DE PESSOAL (dados coletados do FICOVI)		
• ANALISTAS JUDICIÁRIOS	TOTAL	00
	L	
NÃO HÁ.		
• OFICIAIS DE JUSTIÇA	TOTAL	00
	L	
NÃO HÁ.		
• TÉCNICOS JUDICIÁRIOS	TOTAL	01
	L	
TERESA CRISTINA VIANA VASCONCELOS.		

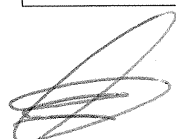


• AUXILIARES JUDICIAIS	TOTAL	00
NÃO HÁ.		
• CEDIDOS	TOTAL	02
ANA LARISSA MOTA PRADO RIBEIRO.		
FERNANDA LOPES DE MOURA.		
• ESTAGIÁRIOS	TOTAL	01
MAÍSA ALINE ALEXANDRE DE SOUZA.		
• ASSISTENTE		
NÃO HÁ.		
• SUPERVISOR		
KAREN SUELLEN PEREIRA MELO.		

• DO PROMOTOR (dados retirados do FICOVI)	
Nome: ANDRÉ LUÍS TABOSA DE OLIVEIRA	Ingresso na Vara: 19/11/2015.
(X) Titular () Respondendo	
Responde por outras Comarcas? (X) Sim () Não	Quais? FORQUILHA.

• DO DEFENSOR PÚBLICO (dados retirados do FICOVI)	
Nome: NÃO HÁ.	Ingresso na Vara:
() Titular () Respondendo	
Responde por outras Comarcas? () Sim () Não	Quais?

• DA UNIDADE JUDICIÁRIA (dados coletados junto à Unidade Inspeccionada)	
Competência:	
(X) Jurisdição Cível	
<input type="checkbox"/> Recuperações de Empresas e Falências <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Sucessões <input type="checkbox"/> Fazenda Pública <input type="checkbox"/> Registros Públicos	
Possui especialização? () Sim, qual? () Não	
(X) Jurisdição Criminal	
<input type="checkbox"/> Júri <input type="checkbox"/> Auditoria Militar <input type="checkbox"/> Delitos de Tráfico de Drogas <input type="checkbox"/> Execução Penal <input type="checkbox"/> Execução de Penas e Medidas Alternativas <input type="checkbox"/> Corregedoria dos Presídios	
Possui especialização? () Sim, qual? () Não	



(X) Jurisdição Especializada () Execução Fiscal () Crimes contra a ordem tributária () Infância e Juventude () Juizado Cível () Juizado Criminal () Juizado da Fazenda Pública () Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Possui especialização? () Sim, qual? () Não	
• ESTRUTURA FÍSICA E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL	
O espaço é adequado e suficiente para o desenvolvimento das atividades do juízo? () Sim (x) Não	
Possui acessibilidade? (x) Sim () Não	
Estrutura física: () Ótima () Boa (x) Regular () Péssima	
Reclamações/constatações:	
• MOBILIÁRIO	
Mobiliário:	() Suficiente (x) Insuficiente
Estado de conservação do mobiliário?	() Bom (x) Regular () Péssimo
Reclamações/constatações:	
• EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	
Equipamentos à disposição:	() Suficiente () Regular (x) Insuficiente
Reclamações/constatações:	
• MATERIAL DE EXPEDIENTE	
Há falta de material de expediente?	(x) Sim () Não
Reclamações/constatações: A SUPERVISORA INFORMA QUE A SECRETARIA DA 2º VARA QUE A UNIDADE FICOU, EM MÉDIA, 1 MÊS SEM PAPEL.	


• DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (dados coletados do FICOVI)	
Quantos processos administrativos estão em curso na unidade:	
Quantos processos administrativos disciplinares estão em curso na unidade	
Processos são cadastrados no CPA	() Sim () Não

• DA DISTRIBUIÇÃO (dados coletados junto à unidade inspecionada)	
Há servidor específico para realizar a distribuição dos processos?	(X) Sim () Não
Há ações pendentes de distribuição?	(X) Sim () Não
Se sim, quanto ações estão pendentes de distribuição	11

• DAS CUSTAS FINAIS (dados coletados junto à unidade inspecionada)	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	(X) Sim () Não
Como é feito?	

• SISTEMAS PROCESSUAIS UTILIZADOS NA VARA (dados coletados junto à unidade inspecionada)	
Processos Físicos	(X) SAJ Físico
Processos Digitais	() SAJPG () PJe

• DO ACERVO PROCESSUAL (dados coletados do último relatório de inspeção e do FICOVI)



Acervo na data da inspeção:1.630		
Acervo na última inspeção:		
() Diminuiu	() Aumentou	Diferença:

• PRODUTIVIDADE (dados coletados do Sistema SEI)		
• Gestão de desempenho (Ano:2019)		
Processos novos		258
Processos pendentes de julgamento		1.363
Processos julgados		56
Processos pendentes de baixa		1.054
Processos baixados		38
Taxa de congestionamento		82,10%
• Gestão do acervo (Mês:maio/Ano 2019)		
Processos conclusos para sentença		166
Processos julgados e não baixados		141
Processos entrados no mês		40
Processos julgados no mês		07
Processos arquivadosno mês		15
• Processos prioritários		
Idoso	Pendente de Julgamento	115
	Pendente de Baixa	117
Réu Preso	Pendente de Julgamento	29
	Pendente de Baixa	30
Doença grave	Pendente de Julgamento	02
	Pendente de Baixa	02

• MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO (dados coletados do sistema produtividade)

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE 28/04/2019a28/05/2019
Despachos: 47
Decisões interlocutória no mês : 66
Sentenças com resolução de mérito:02
Sentenças sem resolução de mérito: 05
Sentenças de homologação de acordos: 15
Sentenças de Extinção de punibilidade: 01
Suspeições e/ou impedimentos declarados : 0
Sessão do Júri: 0
Audiências marcadas para o juiz: 35
Audiências realizadas: 23
Autos conclusos para sentença há mais de 100 dias : 04
Autos conclusos para ato judicial diverso de sentença há mais de 100 dias: 37
Improbidade Administrativa: 0
Crimes Contra a Administração Pública: 0

• SITUAÇÃO GERAL DOS PROCESSOS (dados coletados do FICOVI)		
• PROCESSOS CONCLUSOS		
Para Sentença		61
Para Decisão		46
Para Despacho		499
Liminares Pendentes de análise		25
• PROCESSOS PARALISADOS (dados coletados do SEI)		
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 100 e 180 dias		07

Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 365 dias	05
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 365 dias	04
Total	

<ul style="list-style-type: none"> • GERENCIAMENTO DE PROCESSOS (dados coletados junto a unidade inspecionada) • NA SECRETARIA 	
Gestão Estratégica	
Com que frequência são verificados os processos com prazos excedidos?	<input type="checkbox"/> diária <input checked="" type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> não é feito controle.
É feito um monitoramento nos processos prioritários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
É feito um monitoramento nos processos paralisados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
É feito um acompanhamento do tempo de prisão dos presos provisórios e definitivos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
Gestão de Processo de Trabalho	
Os processos conclusos são imediatamente remetidos ao Gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
A divisão do trabalho é feita:	<input checked="" type="checkbox"/> por dígito do processo <input type="checkbox"/> por matéria <input type="checkbox"/> por tarefa/caixas.
Os servidores realizam atos ordinatórios?	<input checked="" type="checkbox"/> sim- SOMENTE A CRISTINA E A SUPERVISORA <input type="checkbox"/> não
Como é feita a abertura de Malote Digital	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de autos com carga?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Periodicidade:
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Periodicidade:
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Periodicidade:
É utilizado o BNMP 2.0?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Existe algum problema (demora) no cumprimento de mandados de prisão?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Quantidade de Mandados pendentes de cumprimento:	
Há presos cumprindo prisão provisória ou definitiva na Delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há dificuldades na condução de presos para as audiências?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Explique:

Há processos prontos para realização de Sessão do Tribunal do Júri?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Quanto?
O aprazamento de audiências preliminares do Juizado Criminal é feito com o auxílio da delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Por que?
O agendamento de audiências é feito na Secretaria?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
Há conciliador nomeado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
Conciliador é servidor efetivo?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há demora na realização de perícias?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
A Secretaria adota alguma boa prática que merece ser destacada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim- REUNIÃO MENSAL DE ACOMPANHAMENTO <input type="checkbox"/> Não Explique:
A unidade possui todos os livros obrigatórios (art. 33, Prov. n 01/2007)	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não
Gestão de Pessoas	
O juiz estabelece alguma meta para ser cumprida pela Secretaria?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
O juiz realiza reuniões periódicas para avaliação das rotinas de trabalho / resultados?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Explique:
Quantos servidores trabalham na Secretaria e quantos são bacharéis em direito:03 SERVIDORES E 01 ESTAGIÁRIA. 02 BACHAREIS EM DIREITO .	
Satisfação do Cliente	
Como é feito o atendimento ao público?	<input type="checkbox"/> servidor específico <input checked="" type="checkbox"/> revezamento
Existe livro próprio para anotação das reclamações feitas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Foi realizada alguma reclamação no último ano?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
É feita alguma análise das reclamações efetivadas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
• NO GABINETE	
Gestão Estratégica	
Os processos com prioridade e urgência são analisados com que frequência?	<input type="checkbox"/> diária <input type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> não é feito controle
Existe algum critério na ordem de julgamentos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, qual? <input type="checkbox"/> não, por que?

Há planejamento/controlado de prazos para prolação de sentenças?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
Há plano de gestão na Vara?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, por que?
O grupo de descongestionamento foi na unidade nos últimos 12 meses?	<input type="checkbox"/> sim, período: <input checked="" type="checkbox"/> não
Gestão de Processo de Trabalho	
A divisão de trabalho é feita:	<input type="checkbox"/> por ato judicial (despacho, decisão, sentença) <input checked="" type="checkbox"/> por classe processual (matéria)
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos prioritários?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos paralisados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O Magistrado adota alguma boa prática que mereça ser destacada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim- AUDIÊNCIAS POR VÍDEO CONFERÊNCIA E ASSINATURA DIGITAL NO SAJ <input type="checkbox"/> não Explique:
É realizada pesquisa de endereço / bens do devedor através do Sistema da Receita Federal?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
É realizado pedido de bloqueio de bens através do Sistema BacenJud?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema RenaJud é utilizado, assim como o SERASAJUD?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema SIEL (do TRE) é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O Infoseg é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistac é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
Gestão de Pessoas	
Há Assistente designado?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
O assistente é servidor efetivo?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
À exceção do Assistente, tem servidores ou estagiários auxiliando o Juiz no gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, quantos? 01 <input type="checkbox"/> não
O Juiz estabelece alguma meta de produtividade a ser cumprida no Gabinete?	<input type="checkbox"/> sim, qual? <input checked="" type="checkbox"/> não
O Juiz realiza reuniões periódicas para acompanhamento e avaliação das rotinas de trabalho / reavaliação / resultados?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, por que?

• AUDIÊNCIAS – ÚLTIMOS 12 MESES (dados coletados junto ao FICOVI)	
Total de Audiências realizadas	238
Audiências cíveis realizadas	164
Audiências criminais realizadas	74
Audiências infância e Juventude realizadas	-
Audiências de custódia realizadas	44
Processos aguardando a designação de audiências	0
Processos aguardando a realização de audiência	229
Audiência designada com a data mais distante	05/12/2019.
Tempo médio para realização das audiências	1 H.

• TRIBUNAL DO JURI (dados coletados junto ao FICOVI)	
Quantidade de Processos	-
Juris realizados (últimos 12 meses)-	-
Juris pendentes de realização	-
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	-
Processos inseridos na Meta ENASP (ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31/12/12 e que não haviam sido julgadas até 31/10/16, excluídas as suspensas)	-

• PROCESSOS INSPECIONADOS	
• PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO HÁ MAIS DE 100 DIAS	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Processo	Movimentação
00007196- 48.2016.8.06.012 1	Visto em inspeção. Trata-se de Ação ordinária de Cobrança, autuada em 06/07/2016. Audiência de Conciliação realizada em 27/09/2016. Despacho em, 26/11/2018, para intimar a requerente se tem interesse na continuidade do feito. Processo concluso desde 21/01/2019.
00005587- 64.2015.8.06.012 1	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial, autuada em 18/11/2015. Despacho, às fls. 62, em data de 04/12/2018. Processo concluso desde 21/01/2019.
96- 91.2015.8.06.021 3	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Retificação de Registro de Nascimento, autuada em, 03/08/2015. Parecer do Ministério Público às fls, 35, em 19/12/2018. Processo concluso para despacho desde 21/01/2019.
0000035- 16.2018.8.06.012 1	Visto em inspeção. Trata-se de Processo de Execução, autuado em 30/08/2018. Processo despachado em 21/09/2018. Mandado de Citação expedido em, 17/10/2018. Processo concluso desde 05/02/2017.
8106- 75.2016.8.06.012 1	Visto em inspeção. Trata-se de Procedimento do Juizado Especial Cível, autuada em 13/12/2016. Audiência de Conciliação designada para 02/04/2017. Processo concluso desde 21/01/2019
• PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO HÁ MAIS DE 100 DIAS	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Processo	Movimentação
5175- 36.2015.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Ação Previdenciária, benefício de Pensão por morte, autuada em 24/08/2015. Contestação às fls. 37/38. Processo maduro para sentença. Paralisado desde 16/05/2017.
5756- 51.2015.8.06.012 1	Visto em inspeção. Ação Declaratória de Inexistência Contratual c/c indenização por danos morais, autuada em 12/01/2016. Contestação ofertada. Processo concluso desde 16/12/2016, morosidade

	manifesta.
7347- 14.2016.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Ação Ordinária de Cobrança, autuada em 27/07/2016. Contestação apresentada em 20/03/2017. Feito com tramitação estagnada, desde 20/03/2017, necessitando de impulso oficial.
7156- 66.2016.8.06.012 1	Visto em inspeção. Ação Ordinária de Cobrança , autuada em 07/07/2016. Em fase postulatória. Processo paralisado desde 16/03/2017. Morosidade manifesta.
7909- 23.2016.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Ação de Execução de de Alimentos, autuada em, 25/11/2016, em favor de menor, despachada em 13/12/2016. Manifestação do requerido, fls. 22. Despacho em 31/10/2017. Expediente cumprido em 29/01/2018.
• PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 100 DIAS	
Processo	Movimentação
5375- 43.2015.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Ação Civil protocolada em 26/05/2015. Processo maduro para sentença, com conclusão em 09/05/2018.
5379- 80.2015.8.06.012 1	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de inexistência de débito, autuada em 06/10/2015. Sentença às fls. 122/123. Processo encaminhado ao TJCE, em 26/02/2018. Processo recebido em 05/10/2018, despachado , determinando a expedição de alvarás. Processo concluso desde 30/04/2019.
004340- 82.2014.8.06.012 1	Visto em inspeção. Trata-se de Denúncia pela prática do suposto delito do art. 184,§ 2º do CPB. Denúncia recebida em, 04/03/2015. Decisão em, 13/01/2014.Processo à conclusão, desde 08/01/2019. À conclusão para impulso oficial.
5568- 58.2015.8.06.012 1	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Previdenciária, autuada em 10/11/2015. Processo despachado em, 30/11/2015. Processo concluso desde 07/01/2018. À conclusão para impulso oficial, visto que se trata de prioridade , Estatuto do idoso.
5390- 80.2013.8.06.012 1	Visto em inspeção Trata-se de Denúncia pela suposta prática do delito no art. 33 e art. 35 da Lei nº 10.826/ 06. Denúncia recebida em 11/12/2013. Memoriais apresentados pela Defesa em, 01/06/2017. Processo concluso desde 04/04/2019. À conclusão para impulso oficial.
7698- 50.2017.8.06.012 1	Visto em inspeção. Trata-se de Denúncia pela suposta prática do art. 157,§2º , I do CPB, ofertada em 27/11/2017. Denúncia recebida em 23/01/2018. Processo concluso desde 26/05/2019.
• CARTAS PRECATÓRIAS	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0002225- 15.2019.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória criminal, autuada em, 11/02/2019, com a finalidade de realização de audiência , em data de 07/05/2019. Foi expedido mandado em, 21/02/2019. À Secretaria para solicitar a devolução do mandado.
0002389- 77.2019.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória - Cumprimento de Sentença, autuada em, 08/03/2019, , com a finalidade de cumprir o mandado de prisão. Despachado em, 23/05/2019. Mandado de Prisão expedido em 23/05/2019. À Secretaria para solicitar a devolução do mandado.
0002692- 91.2019.8.06.012	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória Criminal, com a finalidade de intimar o réu para comparecer a audiência de Instrução

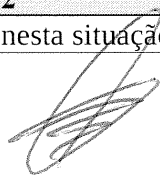
1	e Julgamento designada para o dia 21/06/2019. Aguardando a devolução do Mandado encaminhado na data de 23/05/2019.
0002675-55.2019.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória de Cumprimento de Sentença. Mandado expedido em 23/05/2019. Aguardando a devolução do mandado expedido pela Secretaria.
0002674-70.2019.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória com a finalidade de proceder à intimação do autor, autuada em, 06/05/2019. Mandado enviado à Coordenadoria de Mandados em data de 23/05/2019. Aguardando a devolução do mandado pela Secretaria.
• PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DO IDOSO	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
6728-50. 2017.8.06.0121	Visto em inspeção. Juizado Especial Cível. Estatuto do Idoso, em 18/04/2017. Certidão emitida por estagiário, fls. 76. Último despacho, em 22/11/2018.
7492-36.2017.8.06.012 1	Visto em inspeção. Procedimento do Juizado Especial Cível, autuação, em 31/10/2017. Processo paralisado, sem decisão judicial, ainda em fase postulatória. Deve ser dado impulso oficial.
4750-09.2015.8.06.012 1	Visto em inspeção. Ação Cível. Procedimento ordinário. Benefício Previdenciário. Despacho lançado às fls. 06/06, determinando a expedição de precatória, em 06/06/2017. Em 04/09/2018, manifestação do magistrado acerca do cumprimento da Carta Precatória. Em 23/01/2019, ato ordinatório, alusivo ao cumprimento da decisão de fls. 69.
7238-63.2017.8.06.012 1	Visto em inspeção. Procedimento do Juizado Especial Cível. Autuado em, 10/08/2018. Estatuto do Idoso, despacho lançado em 26/03/2018. Certidão emitida por estagiário, em 22/01/2019. Não houve, ainda a realização da audiência de conciliação, em razão da não localização do requerido.
4519-79.2015.8.06.012 1	Visto em inspeção. Ação Cível. Estatuto do Idoso, autuada em, 12/03/2015. Feito sentenciado, em 15/07/2016.
• PROCESSOS INSERIDOS NA META 2 DO CNJ	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
17-49.2014.8.06.021 3	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Reparação de Danos Morais, autuada em, 06/03/2014. Despachado em, 26/08/2015. Audiência de Conciliação em 30/09/2016. Processo concluso desde 20/11/2018. À conclusão para impulso oficial.
24-41.2014.8.06.021 3	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Reparação de Danos Morais, autuada em 07/03/2014. Processo visto em inspeção, por esta Corregedoria, em 14/09/2017. Concluso desde 23/07/2018. À conclusão para impulso oficial.
21-57.2012.8.06.021 3	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Divórcio Litigioso, autuada em 29/05/2012. Audiência de Conciliação em 09/11/2018. Processo concluso desde 20/11/2018. À conclusão para impulso oficial, com a urgência que o caso requer.
23-22.2015.8.06.021 3	Visto em inspeção. Trata-se de Procedimento do Juizado Especial, autuada 05/03/2015. Despachado em 06/04/2015, com designação de audiência em 26/11/2015. Processo concluso desde 18/12/2018. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 33, com a data da

	audiência de Instrução e Julgamento.
26- 79.2012.8.06.021 3	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Alimentos, autuada em 114/08/2012. Às fls. 80, ofício da Secretaria, em 13/12/2017, solicitando o cumprimento da Carta Precatória encaminhada a Comarca de Senador Sá. Processo concluso desde 24/07/2018. À Secretaria para cobrar o cumprimento da Carta Precatória expedida em 05/06/2017.
• PROCESSOS INSERIDOS NA META 6 DO CNJ	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
147- 73.2013.8.06.0213	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública, recebida em 08/06/2005. Alegações finais do MP em, 14/03/2018. Processo concluso desde 24/07/2018. À conclusão para impulso oficial.
48- 06.2013.8.06.0213	Visto em inspeção. Ação Civil Pública, alegações finais do MP em 12/03/2018. Processo concluso desde 11/10/2018. À conclusão para impulso oficial
4896- 55.2012.8.06.0121	Visto em inspeção. Ação Civil Pública com pedido de liminar, autuada em 07/08/2012. Processo estagnado. À conclusão para impulso oficial.
4873- 75.2013.8.06.0121	Visto em inspeção. Ação Civil Pública autuada em, 18/07/2013. Processo concluso desde 20/09/2018. À conclusão para impulso oficial.
7686- 70.2016.8.06.0121	Visto em inspeção. Ação Civil Pública autuada em, 07/10/2016. Processo concluso desde 21/01/2019. À conclusão para impulso oficial.
• MANDADOS DE SEGURANÇA	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0002335- 14.2019.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Mandado de Segurança, com pedido liminar, protocolado, em 25/02/2019. Despacho de reserva lançado às fls. 86.
0002053- 73.2019.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Mandado de Segurança, com pedido liminar, protocolado, em 14/01/2019. Decisão interlocutória, residente às fls. 55/58. Em fase de informações.
108- 08.2015.8.06.021 3	Visto em Inspeção. Mandado de Segurança, com pedido de liminar, protocolado, em 20/08/2015. Processo maduro para sentença, paralisado, desde 03/10/2017, devendo ser dado impulso oficial.
6403- 75.2017.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Mandado de Segurança, autuado em 19/01/2017. Processo sentenciado sem resolução do mérito, em 31/03/2017. Em fase de recurso.
• PROCESSOS DE RELACIONADOS À RECLAMAÇÃO	
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
4610- 43.2013.8.06.012 1	Visto em inspeção. Ação Penal arquivada. Denúncia do advogado Rafael Pereira Ponta, acerca da expedição do mandado de prisão em desfavor do acusado, condenado a uma pena de 2 anos e cinco meses, em regime semiaberto, posteriormente revogada pelo próprio magistrado.
5688- 04.2015.8.06.012 1	Visto em inspeção. Procedimento do Juizado Especial Criminal. Denúncia do advogado Rafael Pereira Ponte, acerca da não juntada da decisão contida no malote digital recebido no dia 14/07/2017, que suspendia a audiência realizada em 01/08/2017.
• PROCESSOS COM RÉUS PRESOS	

Processos na fila:		Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:		
Processo	Movimentação	
0000066-36.2018.8.06.012 1	Visto em inspeção. Denúncia apresentada, em 17/09/2018, recebida em, 01/10/2018.	
0000381-64.2018.8.06.012 1	Visto em inspeção. Ação Penal. Réu preso. Denúncia, em 18/12/2018, recebida em 07/01/2019. Audiência de Instrução para o dia 11/06/2019.	
7158-65.2018.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Réu Preso. Parecer do MP em 25/04/2019. Processo concluso desde 02/05/2019.	
94-53.2017.8.06.021 3	Visto em Inspeção. Réu Preso. Denúncia recebida em 05/09/2017. Despacho , em 24/05/2019, determinando a Secretaria intimar a defesa para apresentar memorias. Expedientes necessários.	
24-02.2018.8.06.021 3	Visto em inspeção. Réu Preso. Denúncia apresentada em 10/04/2018. Denúncia recebida em 16/04/2018. À Secretaria para certificar o decurso de prazo, após , a conclusão.	
• AÇÃO DE USUCAPIÃO.		
Processos na fila:		Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:		
Processo	Movimentação	
4308-43.2015.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Ação de Usucapião Ordinário, autuada em 22/01/2015. Despacho inicial, em 10/02/2015. Feito paralisado desde 20/11/2018, devendo ser dado impulso oficial.	
7864-82.2017.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Ação de Reintegração de Posse, autuada em 27/11/2017. Despacho inicial, em 06/03/2018. Contestação, em 02/10/2018. Concluso em 18/10/2018. Feito paralisado, aguardando impulso oficial.	
7648-24.2017.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Ação de Nulidade de Escritura Pública c/c Ação de Reintegração de Posse, autuada em 10/11/2017, paralisada, aguardando a realização de audiência de conciliação.	
5042-96.2012.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Ação de Usucapião, autuada em 28/08/2012. Feito , ainda, em fase postulatória, paralisado em 12/07/2018. Morosidade manifesta.	
5281-03.2012.8.06.012 1	Visto em Inspeção. Ação de Reintegração de Posse, autuada em 12/11/2012, liminar concedida , em 16/11/2012, contestação, fls. 54/71. Não houve conciliação. Feito paralisado, desde 04/12/2013. Tramitação estagnada.	
5293-80.2013.8.06.012 1	Visto em inspeção. Ação de Inventário Cível, autuado em 11/11/2013. Impugnação apresentada em 08/05/2014. manifestação do requerente, em 27/06/2014. Feito paralisado, em 20/06/2018.	
• CURATELA		
Processo	Movimentação	
7479-71.2016.8.06.012 1	Visto em inspeção. Ação de Interdição, autuada em 25/08/2016, em fase atual de perícia médica.	
• PROCESSOS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL		
Processo	Movimentação	
6512-55.2018.8.06.012 1	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, autuada em 28/02/2018. Despachado em 06/03/2018. Audiência de Conciliação designada para a data de 21/08/2018. Despacho às fls. 26, em data de 26/02/2019, determinando que a Secretaria intime a	

	parte requerida para apresentar contestação. À Secretaria para cumprir o expediente às fls. 26.
6815- 06.2017.8.06.012 1	Visto em inspeção. Trata-se da Ação de Obrigação de Fazer, autuada em 12/05/2017. Sentença às fls. 17. Processo desarquivado desde 13/11/2018. À Secretaria para certificar o eventual decurso de prazo e após, à conclusão.
1- 90.2017.8.06.021 3	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência, autuada em, 24/01/2017. Em 09/01/2019, certidão da Supervisora, informando que decorreu o prazo legal da intimação. Processo concluso desde 15/01/2019.
6680- 28.2016.8.06.012 1	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito, autuada em 12/04/2016. Em 21/11/2018, despacho, às fls. 112, determinando a renovação do expediente de fls. 86. À Secretaria, para cumprir o referido despacho, de fls. 112. Expedientes necessários. Processo paralisado desde a data de 21/11/2018.
• PROCESSOS DO JUIZADO ESPECIAL Cível	
Processo	Movimentação
2- 75.2017.8.06.021 3	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de débito, autuada em 24/01/2017. Audiência de Conciliação designada para o dia 27/11/2017. Em 09/01/2019, decorreu o prazo e nada foi apresentado. Processo concluso desde 15/01/2019. À conclusão para impulso oficial.
5024- 41.2013.8.06.012 1	Visto em inspeção. Trata-se de Cumprimento de sentença Cível, autuada em, 04/09/2013. Audiência de conciliação designada para a data de 23/09/2013. Audiência de Instrução designada para a data de 19/09/2014. Sentença às fls. 20. Processo concluso desde 06/09/2018. À conclusão para impulso oficial.
7820- 97.2016.8.06.012 1	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Cancelamento de empréstimo, autuada em 16/11/2016. Audiência de Conciliação designada para o dia 18/04/2017. Último despacho em 02/10/2018. Processo concluso desde 18/02/2019. à conclusão para impulso oficial, uma vez que se trata de Idoso.
5338- 50.2014.8.06.012 1	Visto em inspeção. Trata-se de Cumprimento de Sentença autuada em, 22/01/2015. Despacho em, 29/05/2015. Decisão, às fls. 133/134, determinando a suspensão do presente feito por 24 meses, em data 08/02/2019.
162- 08.2014.8.06.011 3	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Cobrança autuada em, 16/12/2014. Despacho em 08/03/2016, determinando à Secretaria para designar data próxima para a realização da audiência de instrução e julgamento. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 74. À conclusão para impulso oficial.

• AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS DO CNJ (dados coletados do FICOVI)	
• Meta 1	
Até o mês de janeiro de 2019, foram distribuídos 523 processos (sem distinção entre conhecimento e execução) e julgados 3.281 processos (sem distinção entre processos de conhecimento e execução).	
• Meta 2	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	186



• Meta 4	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	1
• Meta 6	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	5
• Meta 8	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	12

• PROJETOS (dados coletados junto à Unidade inspecionada)	
• PROJETO PAI PRESENTE	
Projeto está implantado: (X) Sim () Não	Portaria de implantação:
Ações realizadas:	
• IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEO CONFERÊNCIA	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência: (X) Sim () Não	
Possui sala específica para a videoconferência?	() Sim (X) Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado: Não	(X) Sim () Não
Já realizou audiência por videoconferência: Não	(X) Sim () Não

• NORMATIVOS IMPORTANTES (dados coletados junto a Unidade Inspeccionada)		
Normativo	Conteúdo	Aplicação
Provimento Conjunto nº 02/2019/ PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.	(X) Sim () Não
Provimento nº 01/2019/ CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.	(X) Sim () Não
Provimento nº 22/2018/ CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.	(X) Sim () Não
Provimento nº 17/2018/ CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.	(X) Sim () Não
Provimento nº 08/2018/ CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízos com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.	(X) Sim () Não



Provimento nº 06/2018/ CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.	(X) Sim () Não
Provimento nº 11/2017/ CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciárias exercidas pelos juizes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.	() Sim (X) Não
Provimento nº 09/2017/ CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.	() Sim (X) Não
Provimento nº 02/2017/ CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juizes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	(X) Sim () Não
Provimento nº 05/2016/ CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.	(X) Sim () Não
Provimento nº 01/2016/ CGJCE	Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para o recambiamento de presos que se encontram recolhidos em estabelecimentos penitenciários de outros Estados da Federação.	() Sim (X) Não

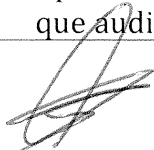
• RECLAMAÇÕES

COMPARECEU AO FÓRUM DA 2ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ, O DR. RAFAEL PONTE, OAB/CE Nº 21.510- REPRESENTANTE DA OAB/CE- REGIÃO NORTE, RECLAMANDO DA MOROSIDADE QUANTO AO PROCESSO DE Nº 5688-04.2015. RELATA QUE FOI JUNTADO AOS AUTOS DO REFERIDO PROCESSO, UM DECISÃO DA TURMA RECURSAL (MANDADO DE SEGURANÇA), COM MALOTE DIGITAL EM DATA DE 14/07/2017. RELATA SOBRE UMA DECISÃO QUE TAMBÉM FOI JUNTADA AOS AUTOS, COM DATA ANTES DA AUDIÊNCIA.

O ADVOGADO NOS INFORMA , TAMBÉM, ACERCA DO PROCESSO DE Nº 0004610-43.2013.8.06.0121, PROCESSO ESTE QUE ESTÁ ARQUIVADO . EM SEU RELATO, NOS INFORMOU SOBRE A MOROSIDADE DOS PROCEDIMENTOS CÍVEIS. QUE SOMENTE OS PROCESSOS COM RÉU PRESO TEM UM ANDAMENTO NA SECRETARIA, FICANDO A ÁREA CÍVEL COMPLETAMENTE ESTAGNADA.

• RECOMENDAÇÕES

- Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2018, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014, no 1º grau);
-
- Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;
- Providenciar impulso oficial mais célere às Cartas Precatórias, tendo em vista que algumas se encontram paralisadas há bastante tempo, tendo em vista não se ter informação nos autos , acerca dos expedientes realizados pela Secretaria , a fim de dar efetividade aos despachos do Magistrado. ;
- Providenciar que os feitos prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais
- Acompanhar os prazos prescricionais das ações penais, envidando esforços para que audiências não sejam redesignadas e que os feitos não fiquem paralisados



por tempo demasiado, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade;

- Realizar mutirões de audiências nos processos simples que possibilitam o julgamento em lote na própria audiência, como nos crimes de furto e porte de arma, o que pode incrementar a produtividade da unidade e abreviar a prestação jurisdicional.
- Movimentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias que se encontram no gabinete da unidade, comunicando o resultado à Corregedoria ao final deste prazo;
- Apresentar um plano de ação para o julgamento dos processos que estão conclusos para sentença há mais de 100 dias.
- Cobrar de todos os mandados aguardando cumprimento há mais de 45 dias.
- Analisar os pedidos de liminares pendentes de apreciação nos mandados de segurança em tramitação.

* Estabelecer um plano de metas com os servidores , para reduzir o alto índice de congestionamento da Unidade.

• CONCLUSÃO


Unidade com problemas, mas sem necessidade de repercussões na esfera disciplinar, devendo ser feitas recomendações para o magistrado saneie a vara, bem como fornecido prazo para mudanças:

Pelo que fora minuciosamente relatado, há de se reconhecer que a prestação jurisdicional da 2º Vara da Comarca de Massapê não se encontra satisfatória.

Podemos perceber que os feitos não estão tramitando regularmente, já que a unidade possui um enorme acervo de processos parados por tempo demasiado, notadamente os processos da área cível , muitos com tramitação estagnada, conforme pode ser observado na leitura do planilhamento realizado por essa Corregedoria.

Percebemos uma ausência de monitoramento das Metas Nacionais estipulados pelo Conselho Nacional de Justiça , principalmente a Meta 2.

Chamou a atenção dessa Casa Censora, o fato de uma estagiária emitir certidões e subscrevê-las , em determinados processos com tramitação na 2º Vara da Comarca de Massapê, entre eles, cito os processos n°s 0006728-50.2017.08.06.0121 (fls. 76); 7238-63.2017.08.06. 0121 (fls. 28) e 7909-23.2016.08.06.0121 (fls. 56/57), este último, envolvendo interesse de menor. Tal irregularidade deve ser esclarecida, no sentido de quem foi o responsável pela autorização, no momento reservado à manifestação do Magistrado, ora em responsabilidade.



Foi constatado, em razão de uma reclamação realizada pelo advogado Rafael Pereira Ponte, durante os trabalhos inspecionais, que nos autos do processo nº 5688-04.2015.8.06.0121, não havia sido juntada ao processo decisão enviada por Malote Digital, recebido no dia 14/07/2017, suspendendo audiência realizada, no dia 01/08/2017, o que evidencia possível descumprimento de decisão judicial ou suposta desídia no cumprimento do dever, por parte da Servidora encarregada da leitura diária do citado Malote, no caso, a Supervisora, Karem Suellen Pereira Melo, que ficou responsável por esse encargo, a partir do mês de setembro de 2016 a fevereiro de 2019, fato que deve ser devidamente esclarecido. O mesmo advogado, também, noticiou em um outro processo criminal, nº 4610-43.2013.8.06.0121, uma estranha decisão consistente na expedição de mandado de prisão em desfavor do acusado, condenado a uma pena de 02 anos e cinco meses, em regime semi aberto, posteriormente revogada pelo próprio Magistrado, Dr. Aldenor Sombra de Oliveira.

Por outro lado, não podemos deixar de consignar que é de conhecimento desta Casa Censora que há carência de pessoal em todas as unidades judiciárias de primeiro grau, o que também contribui para a deficiência da prestação jurisdicional. No caso da 2ª Vara da Comarca de Massapê, tal situação é de enorme gravidade, pois sequer possui um Assistente Jurídico, contando atualmente com uma Servidora do quadro, uma Supervisora e dois cedidos.

Todavia, em razão da realidade posta, é preciso trabalhar com prioridades, sendo certo que **unidade inspecionada deve dar maior atenção aos processos vinculados à Meta 2, bem como aos processos cíveis, muitos apresentando morosidade manifesta**, de modo a promover uma maior ênfase às garantias constitucionais da celeridade processual e da duração razoável do processo.

Assim, é de bom alvitre que a unidade apresente um **plano de gestão para incrementar o número de julgamentos, principalmente nos feitos insertos na Meta 2 do CNJ, bem como visando movimentar todos os processos que se encontram parados há mais de 100 dias**, informando uma previsão para julgamento daqueles feitos que já se encontram conclusos para esse fim, de modo a possibilitar que, mesmo não sendo alcançada esta meta ao final do ano, pelo menos sejam feitos os esforços possíveis para se chegar o mais próximo de seu objetivo.

Portanto, constatou-se que, neste momento, embora haja falhas graves, não

antevejo necessidade de um aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. As irregularidades verificadas foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade censória desta Corregedoria.

Os esforços do Magistrado, Dr. Aldenor Sombra de Oliveira, Titular da 3º Vara Cível da Comarca de Sobral, respondendo, também, pela 2º Vara da Comarca de Massapê, desde 03/08/2018, bem como da equipe de funcionários, visam à garantia do desempenho dos serviços judiciais, a despeito do cenário encontrado na Unidade. As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas, e deverão ser levadas a efeito, a fim de não comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.

No entanto, deve esta Corregedoria, em prazo razoável, retornar a unidade, para nova inspeção judicial, com o intuito de proceder verificação da atuação do magistrado à frente da 2º Vara da Comarca de Massapê.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório ao magistrado, que, em cumprimento ao Provimento nº 006/2007-CGJ/CE, deve apresentar respostas as recomendações listadas e corrigir as pendências verificadas, no prazo de 45 dias, comunicando a esta Casa Censora as providências adotadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.



FERNANDO TELES DE PAULA LIMA

Juiz Corregedor Auxiliar



DR. ALDENOR SOMBRA DE OLIVEIRA

Juiz de Direito Respondendo pela 2º Vara da Comarca de Massapê

KAREN SUELLEN PEREIRA MELO

Supervisora da 2º Vara da Comarca de Massapê